

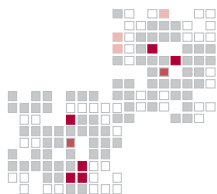
O JORNALISMO COMO USINA DE PRECONCEITO: A PROPAGAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NOS PAÍSES DO MERCOSUL E O CASO PARAGUAIO



Mauro César Silveira

■ Jornalista e Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em História Ibero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Atuou no *Diário de Notícias*, *Zero Hora* e na *Folha da Manhã*, todos de Porto Alegre, e nas revistas *Veja* e *Isto É*, entre outros veículos impressos. Prêmios de Jornalismo: Esso de Reportagem (1979), Direitos Humanos (1984 e 1985) e Abril de Jornalismo (1987). Prêmio Acadêmico: Intercom (1997). Autor dos livros *Adesão fatal – a participação portuguesa na Guerra do Paraguai* (Porto Alegre: Edipucrs); e *A batalha de papel – A Guerra do Paraguai através da caricatura* (Porto Alegre: L&PM Editores). Coordenador do Projeto de Pesquisa Vestígios da Guerra Grande – as representações coletivas da ação militar contra o Paraguai (paraguay@nin.ufms.br).

■ E-mail: maurocs@nin.ufms.br



RESUMO

A disseminação de preconceitos pelos meios de comunicação dos países que compõem o bloco econômico do Mercosul reafirma representações que reportam ao maior conflito militar da história americana, a chamada Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870. Mesmo aliados, Brasil e Argentina mantiveram suas diferenças naquela época, aprofundando visões desfavoráveis um sobre o outro, através da imprensa. Reclamam, no entanto, sobre o derrotado Paraguai as imagens mais fortes construídas naquele embate bélico.

PALAVRAS-CHAVE: HISTÓRIA LATINO-AMERICANA, JORNALISMO, IMAGINÁRIO.

ABSTRACT

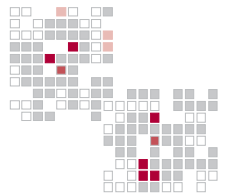
The propagation of the stereotypes in the nations that composed the economic block of the Mercosul reaffirms representations that remind at the largest military conflict of the America history, the Paraguay War, passed between 1864 and 1870. While allied, Brasil and Argentina preserved your differences in the period, aggravating unfavorable images one from the other, over the press. But reflect on defeated Paraguai the strongest elaborated images in that military contention.

KEY WORDS: LATIN AMERICAN HISTORY, JOURNALISM, IMAGINARY.

RESUMEN

La diseminación de preconceptos por los medios de comunicación de los países que integran el bloque económico del Mercosur reafirma representaciones que reportan al mayor conflicto militar de la historia americana, la llamada guerra del Paraguay, ocurrida entre 1864 y 1870. Mismo aliados, Brasil y Argentina mantuvieron sus diferencias en la época, profundizando visiones desfavorables uno sobre el otro, por medio de la prensa. Reclamaban, sin embargo, sobre el derrotado Paraguay las imágenes más fuertes construidas en aquel embate bélico.

PALABRAS-CLAVE: HISTORIA LATINOAMERICANA, PERIODISMO, IMAGINARIO.



Se, por um lado, o avanço tecnológico tem acelerado, progressivamente, o processo de difusão do jornalismo, qualificando uma das suas quatro principais características¹, por outro acentua as conseqüências das deformações impostas pela aplicação de modelos perceptivos

Não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado.

empregados na produção da informação. A propagação continuamente veloz de arquétipos, estereótipos e preconceitos cristalizados no tecido social implica monumental desafio ético ao trabalho do jornalista, que deveria considerar os efeitos da disseminação dos estigmas que marcam os mais distintos segmentos da sociedade, seja no âmbito de uma determinada região, do território de uma nação ou mesmo entre povos do mesmo continente. Nos países que compõem o bloco econômico do Mercosul perduram representações que reportam ao maior conflito militar da história americana, a chamada guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870. Mesmo aliados naquele episódio, Brasil e Argentina mantiveram suas diferenças, aprofundando visões desfavoráveis um sobre o outro, através da imprensa, que subsistem no novo milênio. No entanto, recaem sobre o Paraguai as imagens mais fortes construídas durante o longo embate bélico. As representações prejudiciais ao país guarani continuam vigorando com intensidade nos meios de comunicação de seus antigos oponentes da Tríplice Aliança, com

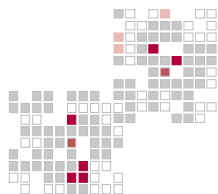
1 O alemão Otto Groth (1883-1965), discípulo de Max Weber, que estudou de forma sistemática e exaustiva a natureza do jornalismo, estabeleceu as quatro características que, conjugadas, permitem apreender a essência dessa atividade de comunicação e visualizar sua identidade como objeto de pesquisa: periodicidade, universalidade, atualidade e difusão (*apud* Melo, 1985, p. 10).

muito mais força no Brasil do que na Argentina e no Uruguai, sedimentando idéias propaladas no, e pelo, imaginário latino-americano.

Uma breve noção de imaginário

Não podemos almejar a análise das idéias propagadas pela mídia sem enfrentar, ainda que brevemente, a delicada questão que envolve a conceituação da palavra imaginário – uma expressão que conquistou a linguagem cotidiana e adquire, cada vez mais, sentidos tão diversos quanto contraditórios. Desde que a filosofia grega foi conduzida, nos séculos V e IV a.C., ao problema da “potência da palavra sobre a realidade” (Félix, 1998, p. 46), a apreensão dos acontecimentos revelou-se um objetivo fugidio, mesmo que tenha sido perseguido, com notável insistência, pela teoria clássica do racionalismo ocidental moderno e suas muitas vertentes. Aos poucos, as certezas decantadas por teóricos de distintos matizes ideológicos foram abaladas, sobretudo depois do último quartel do século XX. Michel Foucault havia chamado a atenção para o efeito das palavras, afirmando que o discurso também constrói o real. Um intelectual marcado por um modelo de percepção rigidamente marxista, pautado pela interpretação econômica, Cornelius Castoriadis, reviu posições e concebeu a obra *A instituição imaginária da sociedade* (1982), asseverando, entre outras coisas, que o imaginário social é o sistema de idéias-imagens que, mesmo traduzindo o que se convencionou chamar real, não está inteiramente desvinculado da realidade e pode ser gerador de práticas sociais.

Mais instigante é a reflexão proposta por Michel Maffesoli (2001), que tem se dedicado à tarefa de elaborar uma espécie de cartografia do termo imaginário. Destacando Edgar Morin como um dos pioneiros a ver, epistemologicamente, a ruína de alguns fundamentos da separação entre esquerda e direita, apontando o que havia de não



As representações prejudiciais ao país guarani continuam vigorando com intensidade nos meios de comunicação de seus antigos oponentes da Tríplice Aliança, com muito mais força no Brasil do que na Argentina e no Uruguai, sedimentando idéias propaladas no, e pelo, imaginário latino-americano.

racional na adesão a uma ideologia dita racional, esse pensador francês herdeiro de Gilbert Durand apresenta aspectos que tornam ainda mais complexa a aproximação com essa elaboração para ele necessariamente coletiva:

Não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado. Refiro-me a todos os tipos de imagens: cinematográficas, pictóricas, esculturais, tecnológicas e por aí fora. Há um imaginário parisiense que gera uma forma particular de pensar a arquitetura, os jardins públicos, a decoração das casas, a arrumação dos restaurantes etc. O imaginário de Paris faz Paris ser o que é. Isso é uma construção histórica, mas também o resultado de uma atmosfera e, por isso mesmo, uma aura que continua a produzir novas imagens. [...] O imaginário é também a aura de uma ideologia, pois, além do racional que a compõe, envolve uma sensibilidade, o sentimento, o afetivo. Em geral, quem adere a uma ideologia imagina fazê-lo por razões necessárias e suficientes, não percebendo o quanto entra na sua adesão outro componente, que chamarei de não racional – o desejo de estar junto, o lúdico, o afetivo, o laço social etc. O imaginário é, ao mesmo tempo, impalpável e real (Maffesoli, 2001, p. 76-77).

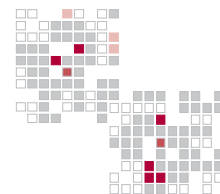
Uma complexidade que lida também com a perspectiva que Edgar Morin oferece em relação à construção de um conhecimento do conhecimento. Mas que, de modo algum, deve deixar de animar a

busca pela apreensão de um objeto tão esquivo:

Se o conhecimento é radicalmente relativo e incerto, o conhecimento do conhecimento não pode escapar a essa relatividade e a essa incerteza. Mas a dúvida e a relatividade não são somente corrosão; podem tornar-se também estímulo. A necessidade de relacionar, relativizar e historicizar o conhecimento não acarreta somente restrições e limites; impõe também exigências cognitivas profundas. De toda maneira, saber que o conhecimento não possui um fundamento não é ter adquirido um primeiro conhecimento fundamental? Isso não nos incitaria a trocar a metáfora arquitetônica, em que a palavra “fundamento” toma um sentido indispensável, por uma metáfora musical de construção em movimento que transformaria no seu próprio movimento os elementos que a formam? Não seria também como construção em movimento que poderíamos considerar o conhecimento do conhecimento? (Morin, 1999, p. 26).

A eterna disputa com los hermanos

A final inédita da Copa América no domingo 25 de julho de 2004 entre Brasil e Argentina aguçou idéias-imagens que povoam a porção sul do continente americano desde a formação dos Estados-nações, no século XIX. “Até cobrança de pênaltis para Brasil e Argentina é mais complicado”, bradava um nervoso Galvão Bueno, o locutor mais conhecido do país do futebol e que comanda as principais transmissões esportivas da rede Globo há muitos anos. Logo depois da vitória brasileira, foi a vez de o apresentador Fausto Silva,

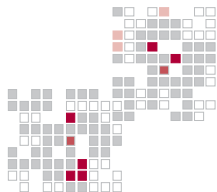


Certamente não foram apenas razões esportivas que deram o tom da cobertura da vitória, igualmente dramática e nos pênaltis, do Brasil sobre o Uruguai, na semifinal da mesma Copa América, na semana anterior. “Que venha a Argentina”, gritava Galvão Bueno [...].

no seu *Domingão do Faustão*, celebrar, exultante, a “sensacional derrota da arrogante Argentina”. Sob o ritmo cadenciado de sambas entoados pela cantora Simone, o início da noite de domingo reafirmava, no Brasil, o imenso júbilo que significa vencer o histórico rival da bacia do Prata. O êxito na competição esportiva, conquistado de forma dramática – o gol que tirou o título argentino e levou o jogo para os pênaltis ocorreu aos 48 minutos do segundo tempo –, representou uma espécie de troco aos vizinhos argentinos, depois de duas semanas tensas por força de conflitos comerciais que ameaçavam a formação do Mercosul. Medidas protecionistas do governo de Buenos Aires provocaram a chamada “guerra das geladeiras” e levaram o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, a viajar para a Argentina em 9 de agosto, na tentativa de restabelecer o diálogo entre os dois países. Especulava-se que o governo argentino poderia impor barreiras a outros produtos, além dos eletrodomésticos, como têxteis e máquinas agrícolas, contribuindo para aumentar o clima beligerante entre empresários de um e de outro lado da fronteira. Certamente não foram apenas razões esportivas que deram o tom da cobertura da vitória, igualmente dramática e nos pênaltis, do Brasil sobre o Uruguai, na semifinal da mesma Copa América, na semana anterior. “Que venha a Argentina”, gritava Galvão Bueno no microfone da Rede Globo no final daquele jogo. A mesma frase seria estampada na primeira página de alguns jornais brasileiros no dia seguinte, o 22 de julho, como *O Dia*, do Rio de Janeiro, sem mencionar no título a partida realizada com o Uruguai – o acontecimento esportivo da noite anterior.

A cobertura da mídia do sul do país durante as férias de verão, enfatizando a denominada invasão Argentina, já havia merecido a atenção das pesquisadoras Nilda Jacks, Márcia Machado e Karla Müller, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Campo Grande, MS, em setembro de 2001, elas mostraram que o *Diário Catarinense*, de Florianópolis, editado pelo grupo gaúcho RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações), valeu-se de visões estereotipadas para registrar a presença maciça dos “hermanos” nas praias do litoral de Santa Catarina, apesar da reação indignada de alguns leitores. “A invasão argentina”, foi o título publicado na contracapa de 4 de janeiro daquele ano no jornal de Florianópolis. As professoras ressaltam a força da palavra empregada na manchete:

É importante avaliar os sentidos que atravessam a expressão invasão. Grosso modo, invadir significa tomar à força, ocupar violentamente, obrigar alguém a aceitar sua presença e suas regras. Simbolicamente, a palavra invasão tem uma conotação agressiva, bélica e transgressora. É praticamente impossível invadir sem violência. Invadir também supõe que na outra ponta exista também alguém mais fraco, desfavorecido, fragilizado e impotente. A invasão é uma imposição, uma violação à autonomia, uma negação da liberdade. O invasor está em vantagem e detém o poder. Para aquele que sofre a invasão, o invasor é um inimigo que transtorna a “ordem natural” das coisas. Quem sofre a invasão vê o seu poder subitamente suprimido: antes detentor do território, seja este físico ou



cultural, agora está em desvantagem, em posição subserviente; antes no comando, agora está sob o risco de ser comandado. Instintivamente, o “invasor” se posiciona como alguém que deve obrigatoriamente defender seu território (Jacks, Machado e Müller, 2001, p. 7).

Ao longo daquela temporada, outros exemplos da imprensa catarinense não favoreciam a imagem dos argentinos. Num dos textos, a condição de invasor novamente sobressaía ao ser relatado que “mais de 1,5 milhão de ‘gringos’ se espalharão pelas praias brasileiras”. As pesquisadoras observam que “eles não apenas chegam, eles se espalham – ou seja, ocupam um espaço que não é seu”. Em cinco de janeiro de 2001, o *Diário Catarinense* confirmava, na capa, o que já vinha sendo anunciado nas edições anteriores: “Começa a invasão ao litoral de SC”. A presença dos “hermanos” era associada ao desconforto, expresso em frases como “com os argentinos, chegaram também os congestionamentos”. Alguns leitores reagiriam ao tom da cobertura, obrigando o editor-chefe do jornal, Cláudio Thomas, a abordar a questão na coluna “Direto ao Leitor” de 7 de janeiro, no texto “Os títulos sem dupla interpretação”. O protesto maior era para o emprego da palavra invasão, uma queixa considerada infundada por Thomas: “Uma palavra causou um alvoroço na última sexta-feira na redação do *Diário Catarinense*. [...] O título do DC não teve nenhuma intenção preconceituosa ou contrária aos turistas argentinos. Pelo contrário. É o retrato de uma constatação de que Santa Catarina deverá registrar o recorde histórico de turistas argentinos, uruguaios, paraguaios e brasileiros de outros estados”.

Nem todos os receptores dos meios de comunicação contestam o tom das referências desfavoráveis ao país vizinho. Alguns deles, como um torcedor do Grêmio, inconformado com a eliminação de seu time na semifinal da Taça Libertadores da América, em julho de 2002, se deixou contagiar pela patriótica cobertura esportiva brasileira no rádio, na televisão e na *web*. A imprensa nacional, por unanimidade,

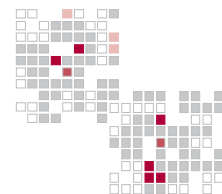
lamentou a eliminação do clube gaúcho, atribuindo a derrota para o Olímpia, do Paraguai, nos pênaltis, em pleno Estádio Olímpico, em Porto Alegre, ao árbitro argentino Daniel Gimenez, que mandou um dos jogadores paraguaios repetir a cobrança, após uma defesa do goleiro gremista. A eliminação do Grêmio impediu que a Libertadores fosse decidida por dois clubes de um mesmo país – o outro classificado foi o também brasileiro São Caetano – pela primeira vez em 42 anos de história. Na edição de 19 de julho daquele ano da coluna digital “Opinião sem meias palavras”, do jornalista gaúcho Diego Casagrande, a manchete era exatamente a manifestação do leitor sobre o juiz argentino, revoltado com o fato ocorrido dois dias antes: “Depois de ver a Argentina quebrar e o Brasil ganhar a Copa, ele só podia ferrar mesmo o Grêmio”.

O polêmico tratamento jornalístico da presença argentina nas praias catarinenses e a indignação pela eliminação do Grêmio remetem a uma rivalidade construída ao longo do tempo, desde que os dois maiores países sul-americanos começaram a lutar por uma posição hegemônica na parte meridional do continente. As autoras da UFRGS citam o trecho de uma dissertação de mestrado que dá pistas sobre o alcance dessa hostilidade que marca a relação de Brasil e Argentina:

Tanto argentinos quanto brasileiros são fortemente influenciados por um sistema de representação prévio que ultrapassa o presente contexto. [...] um sistema de representações que é fruto não só da mídia em geral, mas de uma história longa de relações políticas e econômicas entre Brasil e Argentina, marcada, quase sempre, por divergências e conflitos (Schmeil, 1994, p. 128).

E referem outro autor que aponta para a raiz do problema:

Todos sabemos que la historia de nuestros países comenzó em médio a conflictos cruentos, que dejaron secuelas de desconfianza y rivalidad en las relaciones posteriores, aunque las luchas armadas entre los mismos, no se repitieron desde



A convergência de interesses entre Brasil e Argentina, que conduziram o General Venâncio Flores a tomar o poder na República Oriental do Uruguai [...] não foi capaz de melhorar a visão de um país em relação ao outro.

finales del siglo XIX (Gimesta, 1994[m1], p. 73).

Nem o singular período histórico que reuniu os dois países, numa aliança militar como a formalizada durante a ação bélica contra o inimigo comum Paraguai, dissipou a desconfiança recíproca. Ao contrário. Durante as operações conjuntas desencadeadas no Prata entre 1864 e 1870 mantiveram-se, com elevada entonação, as suspeitas sobre a real intenção do rival. A análise de 87 títulos da imprensa portuguesa durante a guerra, que amplificaram na Europa a versão brasileira do conflito, revelou que uma das principais imagens da cobertura lusitana era a má companhia argentina (Silveira, 2003, p. 344). A convergência de interesses entre Brasil e Argentina, que conduziram o General Venâncio Flores a tomar o poder na República Oriental do Uruguai, afastando os nacionalistas *blancos* – aliados do presidente paraguaio Solano López – e, depois, agiram contra a nação guarani, não foi capaz de melhorar a visão de um país em relação ao outro. Ao longo da campanha militar, o Brasil não escondeu o desconforto por estar ao lado de um aliado incomum e pouco confiável, deixando que essa impressão ganhasse as páginas dos jornais, no Brasil e em Portugal.

Na correspondência diplomática, o Império brasileiro tratava de manter as aparências, valorizando a aliança “civilizadora” com a Argentina, mas deixava escapar, pela imprensa, muitas informações desfavoráveis ao país governado por Bartolomeu Mitre. A primeira delas surgiu em 14 de setembro de 1865 em nota telegráfica publicada pelo *Commercio do Porto*, mesmo que não tivesse sido mencionado o nome daquele país: “Suspeitam-se traições por parte dos aliados do Brasil”. Um mês depois, em 15 de outubro, esse jornal alertava que “se qualquer dos aliados for traidor

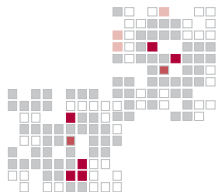
ao Brasil este ficará altamente comprometido”. No ano seguinte, em 1º de abril, uma nota do correspondente do *Commercio do Porto* no Rio de Janeiro criticaria os dois aliados do Brasil, relacionando-os com sua origem espanhola:

Jornais de Montevideu e Buenos Aires queixam-se do Brasil pela longa permanência da esquadra em completa inatividade. [...] O caráter espanhol é o mesmo em toda a parte; sempre em revolução com tudo e com todos. Se hoje acatam uma idéia, amanhã apedrejam-na. Das três potências aliadas a que razão tem para formular queixas é, sem dúvida alguma, o Brasil. A esquadra é toda sua; o exército é quase todo seu, e seu é o dinheiro com que se está fazendo a guerra. Porém, as espanholadas não faltarão, como já não faltam, para desconhecer todos estes elementos com que o Império entrou para a tríplice aliança.

A partir de julho de 1866, a capacidade militar do presidente argentino – o primeiro comandante das tropas aliadas – seria questionada. No dia 15, o mesmo correspondente faria a primeira observação desfavorável à sua atuação na guerra:

Sei de fonte segura que o governo está muito desgostoso com a inércia dos generais e almirante brasileiro, e os atos do general Mitre, como comandante em chefe do exército aliado, tem alheado por modo bem sensível as esperanças nele depositadas, e esfriado fortemente as simpatias de que foi alvo quando começou a peleja.

Em 16 de novembro, esse jornalista do *Commercio do Porto* lançaria uma suspeita sobre o comportamento do chefe de governo da Argentina: “Boatos na Corte colocam em dúvida a lealdade de Mitre”. No final do ano, em 29 de dezembro, seria a vez do *Campeão das Províncias*, do Aveiro, espalhar a maledicência: “A aliança do Império com o

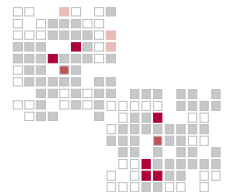


Uruguai e a Argentina está quase rota; enredos e intrigas tomam conta dos governos das duas Repúblicas”.

Em 1867, o comandante argentino continuaria sendo detratado pelos jornais portugueses. “O General Mitre é acusado de pretender aniquilar o exército brasileiro e a esquadra, expondo esta a empresas arriscadíssimas”², noticiava *O Commercio do Porto* em 29 de setembro. “Desentendimentos entre Caxias e Mitre”, alardeava *O Braz Tisana* em 1º de outubro. “General Mitre, o único responsável pela prolongação da guerra”, apontava *O Bracarense* quatro dias depois. “Mitre, General em chefe dos aliados, não se atreve a atacar as posições paraguaias”, denunciava *O Braz Tisana* em 16 de outubro. Menos de uma semana mais tarde, essa última publicação insistia que “não reina boa harmonia entre Caxias e Mitre”. Toda essa avalanche de informações contra o presidente da Argentina – que fora considerado pelos chefes militares brasileiros o principal responsável pelo fracasso de Curupaity, tido como o maior revés aliado na guerra, em 22 de setembro de 1866 – receberia o troco no desastrado reconhecimento de Humaitá, uma semana antes da queda da fortaleza, em julho de 1868. Os comandantes das forças argentinas creditavam à imprudência de Caxias as consideráveis baixas em suas tropas, incluindo a perda de dois renomados oficiais.

A imprensa lusitana – propagando a voz do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro – não deixaria passar em branco essa acusação. “Jornais argentinos, manifestamente injustos, tentam a desforra do revés de Curupaity, atribuída a Mitre,

e acusam Caxias pelo malogrado reconhecimento de Humaitá, provocando as mortes de dois militares, os argentinos Campos e Martínez”, destacavam *O Commercio do Porto* e *O Braz Tisana*, respectivamente em 19 e 21 de agosto de 1868, entre outras publicações de Portugal³. No ano seguinte, as escaramuças iriam girar em torno da entrada das tropas comandadas por Caxias na capital paraguaia, em 1º de janeiro. “Há complicações entre o Brasil e a República Argentina por causa da ocupação de Assunção e outros pontos do Paraguai”, anunciava uma curta nota do *Braz Tisana* em 20 de fevereiro de 1869, referindo-se a “um telegrama particular de Londres para Paris”. No mesmo dia, o *Boletim do Clero e do Professorado*, de Lisboa, atribuía a desavença à presença brasileira na capital paraguaia “sem prévio acordo com os aliados”. *O Commercio do Porto* afirmaria, em 3 de março, que esse fato havia provocado “desinteligência entre generais aliados”. A informação seria confirmada pelo *Campeão das Províncias*, três dias depois, e superestimada pelo *Braz Tisana* em suas edições dos dias 19 e 20 de março. “Desentendimento grave entre generais aliados; ameaça de rompimento entre o Brasil e a República Argentina”, alertava a primeira delas. “Uma carta de Buenos Aires, escrita por um alto funcionário dali, diz que o termo da guerra do Paraguai será o princípio de uma guerra entre o Brasil e os seus dois aliados”, divulgava, em tom alarmante, a segunda edição. Novos atritos entre os dois aliados ocorreriam a partir da formação do governo provisório, em 11 de junho de 1869, mas nada aconteceu de muito grave. Depois da



² Essa matéria também foi estampada no *Bracarense*, em 1º de outubro de 1867, incluindo a observação de que Mitre conservava o exército aliado “numa imobilidade completa”.

³ O debate sobre divergências de ponto de vista sobre as operações militares avançaria, pela imprensa, no ano seguinte. Ainda em 14 de dezembro de 1869, *O Commercio do Porto* transcreveria uma carta do “bravo capitão” Arthur Silveira da Motta, em resposta a outra do general Bartolomeu Mitre, publicada no jornal de sua propriedade, o *La Nación Argentina*, sobre a passagem de Curupaity e Humaitá. O oficial brasileiro reafirmava que o almirante Tamandaré protestara contra a intervenção do presidente argentino nas ações da esquadra imperial em Curupaity, e contestava sua afirmação de que os oficiais da armada brasileira não julgavam possível superar Humaitá, dizendo que Mitre “não foi o único” a pensar que a fortaleza paraguaia pudesse ser ultrapassada.

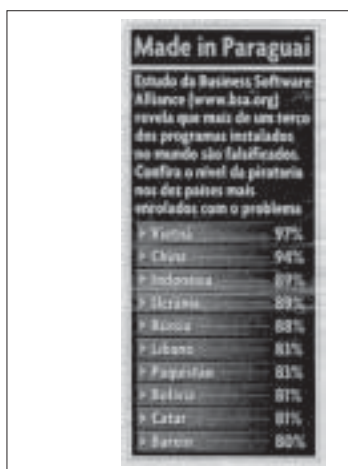


Fig. 1 - Revista *Veja*, 27 de Junho de 2001

guerra, as províncias rebeldes de Entre Rios e Corrientes seriam definitivamente incorporadas à República Argentina e o Brasil passaria a olhar ainda com mais atenção para o maior vizinho sul-americano. Uma descon-fiança recíproca, que avançaria pelo século XX e continua vi-gorando, com intensidade, através da mídia, nos primeiros anos do novo milênio.

O primo pobre paraguaio

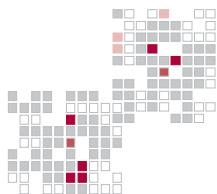
Das imagens construídas durante a ação militar da Tríplíce Aliança as mais fortes – e freqüentes – ainda são as que atingem o derrotado Paraguai. O estigma que cerca o primo pobre do Mercosul é uma herança viva da guerra e tem servido para exorcizar os problemas sociais graves que também afetam Brasil, Argentina e Uruguai. Sempre que um dos países vitoriosos no embate do século XIX quer levantar a auto-estima alude, através dos meios de comunicação, ao “incorrigível” território guarani. No Brasil, o emprego desse recurso tem sido tão regular e ostensivo que a palavra Paraguai torna-se, cada vez mais, sinônimo de falsificação ou fraude. Nos últimos quatro anos, o projeto de pesquisa *Vestígios da Guerra Grande – as representações coletivas da ação militar contra o Paraguai*, desenvolvido desde 1996 no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, colecionou muitas referências pe-jorativas ao Paraguai na mídia brasileira. O tra-tamento dispensado ao país guarani tem sido tão desfavorável que, em algumas situações, o resultado “jornalístico” encontra-se, flagrante-mente, deslocado da realidade. É o caso do quadro sobre o *ranking* mundial da pirataria, apresen-tando os países que mais falsificam programas de computador, de acordo com estudo desenvolvido

pela Business Software Alliance, publicado pela revista *Veja* na edição de 27 de junho de 2001. Mesmo que a lista não incluía o país guarani, o título da nota é “Made in Paraguai”, como pode ser observado na Figura 1.

A cobertura política tem sido pródiga em am-plificar idéias-imagens sobre o Paraguai através de declarações de parlamentares e membros do Poder Executivo. Um exemplo foi o *lead* do texto intitulado “Petista é ‘paraguaio’, diz coordenador de Ciro”, publicado pela *Folha de S. Paulo* na edição de 15 de agosto de 2002. Na abertura da matéria, o hoje aliado do governo, deputado petebista Roberto Jefferson, afirmava que o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva apresentado na eleição “é paraguaio, falso”. Os articulistas políticos tam-bém usam muito essa conotação, como fez o ti-tular da coluna “Fax Brasília”, Tales Faria, na edição da revista *Isto É* de 5 de novembro de 2003. Sob o título “Síndrome paraguaia”, ele informava:

O ministro Edson Vidigal, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, descobriu, numa reunião de juizes do Mercosul, que o Paraguai não devolveu ao Brasil todas as urnas eletrônicas emprestadas para as últimas eleições daquele país. O temor agora é que nos mandem de volta urnas falsificadas.

A edição de 19 de janeiro de 2003 do jornal campo-grandense *Folha do Povo* foi exemplar na disseminação dessa mesma idéia. Na capa, anunciava-se que um depósito de combustível clandestino havia sido lacrado na capital do Mato Grosso do Sul, em operação realizada pelo Mi-nistério Público Estadual. Havia sido desman-telada uma quadrilha de empresários, todos brasileiros, que atuava nas cidades de Campo Grande, Nioaque, Sidrolândia e Naviraí, além da apreensão de documentos falsificados e quatro caminhões. Na página de opinião do jornal, a ação contra a chamada máfia do combustível não poderia esquecer o vizinho Paraguai: a charge produzida por Milton César mostrava um



motorista sendo recebido por uma bomba de óculos escuros ostentando um chapéu com a inscrição “Recuerdo del Paraguay” (Figura 2). Outro exemplo de propagação da imagem negativa do país guarani naquele ano foi o título da matéria publicada na revista *Veja*, na edição de 8 de fevereiro, na editoria de Geral, para denunciar que algumas tabacarias brasileiras estavam vendendo charutos cubanos falsos: “Cubano ou paraguaio?”. No texto assinado pelo jornalista Ricardo Mendonça, no entanto, não havia referência alguma ao país vizinho, e as suspeitas de fraude recaíam sobre as compras feitas fora do distribuidor cubano, incluindo vendedores da Espanha e do México.

O ano de 2004 tem sedimentado a idéia de associar o Paraguai ao fundo do poço. Em 30 de abril, na coluna que o jornalista Cláudio Humberto – ex-assessor do presidente Fernando Collor de Mello – distribuiu para dezenas de jornais brasileiros, uma nota com o sugestivo título de “Vergonha Máxima” não deixava por menos: “Merece um porre de uísque falsificado: o salário mínimo do Brasil continua menor que o do Paraguai”. O delegado paulista Mauro Marcelo de Lima e Silva, ao assumir a direção da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), também se valeu do desprestígio da nação guarani para reagir à cobrança de que sua ligação com os Estados Unidos, através do FBI, onde fez um curso em 1993, poderia comprometer sua independência no comando do órgão brasileiro: “Queriam que eu fosse aprender a investigar com a polícia do Paraguai?”, perguntou nas páginas da revista *Veja* em 28 de julho.

No mesmo mês, durante a Copa América, o confronto entre os dois países serviu para afirmar o sentido que mais interessa ressaltar quando o adversário é o primo pobre do outro lado da fronteira: a propensão paraguaia à fraude. “Talento no pé não tem como falsificar”, anunciava a rádio Bandeirantes sua transmissão do jogo Brasil x Para-

guai, em 14 de julho. Dois dias depois, consumada a derrota brasileira por 2 x 1, em Arequipa, no Peru, o colunista Cláudio Humberto não perdia a oportunidade de trabalhar com o significado mais recorrente, na nota “Pensando bem...”: “[...] torcedores atentos desconfiam que a seleção brasileira derrotada pelo Paraguai era falsificada”. As seções de humor da imprensa brasileira também têm aproveitado para brincar com o estereótipo que mais atinge o país vizinho. Ainda em julho de 2004, no dia 7, o

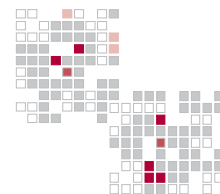


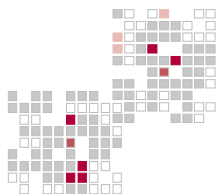
Fig. 2 - *Folha do Povo* - 19 jan. 2003

cartunista Glauco publicava na *Folha de S. Paulo* a tira “BR3: A Banda”. O quadrinho recordava o passado do personagem em três momentos: a banda, em 1975, com as roupas da época; ele afinando sua guitarra importada...; e a revelação aterradora: ...importada do Paraguai!

Dois meses antes, no dia nove de maio, o programa “Troca de Passes”, exibido pelo canal a cabo *SporTV*, durante a análise da quinta rodada do campeonato brasileiro, questionava a condição de clubes menos tradicionais como o Vitória, o Goiás, o Figueirense, o Paraná e a Ponte Preta, que obtiveram bons resultados nos primeiros jogos, de chegarem ao título da longa competição. “Afinal, eles são cavalos paraguaios ou não?”, perguntou o apresentador Luiz Carlos Júnior diversas vezes aos debatedores e aos telespectadores. Essa idéia, muito propalada no interior do Mato Grosso do Sul, remonta aos tempos de guerra, lembrando que o Paraguai tomou a iniciativa das primeiras operações militares, mas foi obrigado a recuar para seu território até ser completamente aniquilado pelas tropas aliadas. Quer dizer, saiu na frente e chegou atrás, implacavelmente derrotado.

Durante a cobertura brasileira do maior conflito





da história do continente americano⁴, muitas outras imagens foram disseminadas com vigor, contribuindo para afirmar visões que revestem a cobertura satírica da guerra contra o Paraguai de uma dolorosa atualidade. As 202 caricaturas publicadas pela imprensa menos áulica da época, composta pelos sete jornais e revistas ilustrados com circulação regular na Corte⁵, moldaram o perfil do maior inimigo do monarca brasileiro, o presidente Francisco Solano López, produzindo inevitáveis estragos ao país guarani, sua gente, sua cultura. A formidável irreverência das publicações satíricas, avocando para si o papel de severo julgador dos costumes, não impediu seu apoio incondicional à campanha militar da chamada Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). Na verdade, havia uma identidade entre a mensagem visual da imprensa mais crítica – e irreverente – e a justificativa do Império para combater o Paraguai: a *bárbara* ameaça representada pelo Mariscal, com seu projeto expansionista na região do Prata, que precisava ser retirado do poder “custe o que custar”. Neste sentido, as publicações humorísticas do Rio de Janeiro cancelaram o discurso oficial e atuaram como instrumentos de legitimação da missão civilizadora das tropas aliadas.

As charges criadas no Rio de Janeiro fustigaram o chefe de governo do Paraguai de forma im-

piecosa: López, como pregavam D. Pedro II e seus parceiros da Confederação Argentina e do Uruguai – respectivamente, Bartolomeu Mitre e Venâncio Flores –, personificava o mal a ser combatido e era o principal alvo do arsenal satírico. Nas 132 referências ao *Mariscal*, nas legendas que emolduravam os desenhos, construía-se a imagem do oponente do Império: *abutre, louco, canibal, monstro, doente, tirano cruel, déspota furioso, algoz, sangüinário, Nero do século XIX, irmão de Satanás, ditador absoluto*, entre outras expressões nada lisonjeiras. Uma figura diabólica que deveria pagar por seus crimes no inferno – com a morte –, como, de fato, acabaria ocorrendo. E que tornava a obstinada campanha bélica das três forças militares uma nobre tarefa, destinada a libertar um povo oprimido e sem perspectivas. Assim, as palavras empregadas em relação ao Brasil, nas mesmas legendas, eram bem mais favoráveis: *nacionalidade inteira, gládio da civilização, grande império, honra invadida, missão civilizadora, pátria valente, teto amado, nobreza do pensamento*. Tudo de acordo com o texto do Tratado da Tríplice Aliança, firmado em primeiro de maio de 1865, que, cuidadosamente, afiançava não ser o povo o adversário a ser derrotado, mas sim o *governo do Paraguai*.

Mesmo centrando fogo em Solano López, sintonizados também com as ordens do dia lidas

4 O conflito reuniu o Brasil e seus aliados, a Argentina e o Uruguai, contra o Paraguai, durante quase seis anos, de dezembro de 1864 a março de 1870. Os números dos combatentes são desconhecidos, mas estima-se que o Paraguai tenha empregado pelo menos sessenta mil homens. A Argentina entrou na guerra com 25 mil pessoas, mas devido, sobretudo, a problemas internos, reduziu paulatinamente seu contingente e, em 1869, havia apenas quatro mil argentinos em armas no Paraguai. Já o Brasil chegou a mobilizar 123.150 homens, de acordo com o general Paulo de Queiroz Duarte, no livro *Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, Vol.I). Quando as hostilidades terminaram, com a morte do presidente paraguaio Francisco Solano López, o Paraguai era um país completamente em ruínas. Sua população havia sido drasticamente reduzida - de cerca de um milhão de habitantes para pouco mais de duzentas mil pessoas, na proporção de 28 mulheres para cada representante do sexo masculino, um menino ou um idoso - e seu território diminuiu em aproximadamente 40%, segundo uma fonte insuspeita, o inglês Leslie Bethell. Em palestra proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 9 de dezembro de 1999, o pesquisador brasileiro Ivan Pedro Martins declarou que “o Paraguai ainda não se recuperou da destruição que a guerra provocou”.

5 As publicações são, pela ordem de lançamento, as seguintes: *Semana Illustrada* (fundada em 1860), *Bazar Volante* (1863), *Paraguay Illustrado* (1865), *O Arlequim* (1867), *A Vida Fluminense* (1868), *O Mosquito* (1869) e *A Comédia Social* (1870). *O Paraguay Illustrado*, que circulou entre julho e outubro de 1865, foi criado especialmente para combater a imagem do país guarani.

nos campos de batalha na Bacia do Prata, os caricaturistas que atuavam na Corte acabaram atingindo, de forma letal, a nação inimiga, com prejuízos que venceram a barreira do tempo e ainda são visíveis no início de mais um século. Durante a guerra, o admirável nível de desenvolvimento alcançado alguns anos antes serviu para compor um mito de significação oposta, transformando uma originalidade histórica marcada pelo isolamento, mas também pela independência – especialmente, a econômica –, em peculiaridade bárbara. Isto é, a imagem predominante era a de um país atrasado, ocupado por seres muito estranhos, subjugados por um tirano sádico, traduzida por expressões como *Escrava Nação* e *País Vil*, como indicavam as legendas. As palavras que realçavam a condição singular do povo paraguaio igualmente não deixavam dúvidas: *raridade*, *tipos originais*, *índios*. Também se insistia na imagem de um país onde predominavam práticas escusas, movidas por uma atávica disposição ao abuso, ao roubo e à corrupção, como podemos constatar na situação mostrada na Figura 3, uma das charges veiculadas pela imprensa brasileira – no caso, uma publicação criada exclusivamente com o objetivo de atingir o Paraguai.

Já os militares guaranis, que ostentavam uma

bravura proclamada pelos oficiais das forças aliadas, apareciam nos desenhos como os desafortunados membros de um exército covarde e errante. Se o *Mariscal* erguia-se em algumas ilustrações como uma ameaça poderosa e temida, seus comandados costumavam surgir em condição flagrantemente desvantajosa. Podiam aparecer como espavoridos ratos batendo em retirada ou pequenos e impotentes combatentes puxados pelo *Gulliver* Caxias (O Marquês e Marechal que comandava as forças brasileiras). Uma inferioridade que atravessou quase catorze décadas e reflete-se nas representações do presente. Hoje, as pessoas que habitam o *grotão* paraguaio parecem condenadas a um destino tão indigno quanto irreversível, sobrevivendo graças ao contrabando, à maracutaia e à impunidade oficializada. O primo pobre do Mercosul é a garantia de uma realidade menos sombria para o Brasil, a Argentina e também o Uruguai.



Fig. 3 - “A polícia paraguaia examina cuidadosamente os transeuntes e guarda os objetos que lhe parecem suspeitos!”

Fonte: *Paraguay Ilustrado*, 13 ago. 1865, p. 11.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FÉLIX, L. O. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- GIMESTA, J. *El Mercosur y su contexto regional e internacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1999[m2].
- JACKS, N.; MACHADO, M. B. e MÜLLER, K. Os argentinos “invadem” o Brasil; a representação dos “hermanos” no discurso jornalístico sulino. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Intercom, 2001.
- MAFFESOLI, M. *O imaginário é uma realidade*. Entrevista à *Revista Famecos*, Porto Alegre: n° 15, ago.2001, p.74-81.
- MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MORIN, E. *O Método*; 3-O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- SCHMEIL, L. *Alquilase una isla: turistas argentinos en Florianópolis*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.
- SILVEIRA, M. C. *A Batalha de Papel*; a Guerra do Paraguai através da caricatura. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- _____. *Adesão Fata!*; a participação portuguesa na Guerra do Paraguai. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

